COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.513, DE 2011

Dispõe sobre a política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do Poder Público e pelos entes de Direito Privado sob controle acionário de entes da administração pública.

Autor: Deputado PAULO TEIXEIRA

Relatora: Deputada MARGARIDA
SALOMÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.513, de 2011, de autoria do nobre Deputado Paulo Teixeira, estabelece política de contratação e licenciamento de obras intelectuais que tenham recebido qualquer subvenção pública – tanto dos entes do Poder Público como dos entes de Direito Privado sob o controle acionário de entes da administração pública, incluindo as autarquias – de modo a promover a livre circulação de recursos educacionais abertos.

Em seu art. 2º, a iniciativa define *recursos educacionais* como obras a serem utilizadas para fins educacionais, pedagógicos e científicos, como livros e materiais didáticos complementares, objetos educacionais, multimídia, jogos, teses e dissertações, artigos científicos e acadêmicos, entre outros. Os recursos educacionais abertos, segundo a definição adotada pelo projeto, seriam os recursos educacionais licenciados e disponibilizados à sociedade sob uma licença livre. Entende-se por licença livre a licença de direito autoral ou de software que permite que terceiros usufruam de direitos patrimoniais sobre a obra licenciada, como direito de cópia, distribuição,

transmissão, publicação, retransmissão ou criação de obras derivadas, desde que preservado o direito de atribuição do autor, ou seja, o direito de ter seu nome vinculado e citado.

Nos arts. 3º e 4º, o projeto determina que as compras ou contratações de serviços para desenvolvimento de Recursos Educacionais realizadas pela Administração com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão prever a aquisição das unidades e dos direitos autorais para que sejam disponibilizados à sociedade sob licenças livres.

No art. 5º, a iniciativa prevê que as obras intelectuais subvencionadas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e aquelas resultantes do trabalho de servidores públicos, no exercício de suas funções, quando equivalentes a Recursos Educacionais, não poderão ser objeto de licenciamento privado, devendo ser disponibilizadas à sociedade por meio de Licenças Livres, à exceção do caso em que isso impedir sua publicação comercial, quando então será permitido o licenciamento privado pelo período máximo de um ano, contado a partir da data da primeira publicação (parágrafo único).

Os arts. 6º e 7º do projeto destinam-se apenas a indicar que deverá ser dada preferência a padrões técnicos livres, no caso de licitações e de trabalho de servidores públicos relacionados ao desenvolvimento e fornecimento de Recursos Educacionais.

No art. 8º, o PL estabelece que os órgãos e entidades da Administração Pública deverão incentivar o desenvolvimento e adoção de repositórios técnicos e bancos de dados para o depósito, publicação e disponibilização dos Recursos Educacionais Abertos à sociedade, por meio de acesso aberto e não oneroso.

Em seu art. 9º, o projeto propõe alteração ao art. 46 da Lei nº 9.610, de 1998, para estabelecer que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução, para fins didáticos e sem intuito de lucro, das obras literárias, artísticas ou científicas, esgotadas e que não tenham sido objeto de republicação nos últimos cinco anos; das obras estrangeiras indisponíveis no mercado nacional brasileiro; e dos livros científicos oriundos de programas de pós-graduação financiados com recursos públicos. No art. 10, o mesmo dispositivo é alterado para admitir a reprodução integral de obras para fins didáticos ou não comerciais.

Inicialmente, a Mesa da Câmara dos Deputados distribuiu a iniciativa à Comissão de Cultura, para a apreciação conclusiva do mérito, e à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, para o exame da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em 25/08/2015, foi apresentado à Mesa o Requerimento de Redistribuição nº 2789/2015, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), solicitando revisão de despacho e inclusão da Comissão de Educação na análise do mérito da matéria. O Requerimento foi deferido em 08/09/2015.

Nesta oportunidade, por designação da Presidência da CE, coube-me o exame da proposta quanto ao mérito educacional.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição em tela, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, tem por objetivo introduzir na legislação brasileira a figura dos REA, recursos educacionais abertos, que nada mais são que recursos educacionais de diferentes naturezas licenciados de forma aberta, isto é, de modo a permitirem livre uso, aprimoramento, distribuição e recriação de obras derivadas para utilização também como recurso educacional aberto.

Por ocasião da tramitação do presente Projeto de Lei na Comissão de Cultura, fui designada relatora da matéria e submeti Parecer para apreciação do colegiado. A tramitação, contudo, não se concluiu em função da revisão de despacho, que entendeu ser a temática parte da esfera de competência da Comissão de Educação. Neste momento, sirvo-me de grande parte do voto então elaborado para subsidiar o debate nesta CE.

“Os recursos educacionais abertos são, hoje, em todo o mundo, uma alternativa para equilibrar o respeito aos direitos autorais, o direito de acesso à informação e à

cultura e o direito à educação de qualidade. Na proposta que ora analisamos, a produção intelectual que seja direta ou indiretamente financiada por recursos públicos deve ser livremente disponibilizada, com autorização expressa do seu autor, para utilização como REA. Dessa forma, justifica-se a utilização desses recursos, já que as obras intelectuais pagas pela Administração retornarão à sociedade na forma de recursos educacionais abertos. Assim, quando é a sociedade que subsidia a produção do conhecimento, não cabe, posteriormente, a privatização da obra produzida por meio do direito autoral.

O texto do projeto regulamenta a aplicação dessa modalidade nos seguintes termos:

I – O poder público deverá prever a compra dos direitos autorais de obras, para fins de aplicação da licença livre, nos casos de compra ou contratação de serviços para desenvolvimento de recursos educacionais (art. 3º).

II – No caso de recursos contratados, adquiridos, premiados ou recebidos (art. 111, Lei 8.666/93), estes serão disponibilizados pela administração pública na forma de licença livre (art. 4º).

III – As obras subvencionadas (art. 6º, Lei 9.610/98), em especial produzidas por pesquisador público, não poderão ser objeto de licenciamento exclusivo a ente privado, devendo ter licença livre. Admite-se um período de um ano de licenciamento exclusivo temporário para primeira publicação (art. 5º).

IV – Na contratação ou aquisição de recursos educacionais será dada preferência a padrões técnicos livres (art. 6º).

V – No desenvolvimento de obras subvencionadas produzidas por pesquisador público será dada preferência a padrões técnicos livres (art. 7º).

VI – O poder público desenvolverá repositórios para preservação e oferta de soluções com licença livre (art. 8º).

VII – Passa a ser admitida a livre reprodução para fins didáticos de obras esgotadas e não republicadas nos últimos oito anos, de obras estrangeiras indisponíveis no mercado local e de livros oriundos de programas de pós-graduação financiados com recursos públicos (art. 9º).

VIII – Passa a ser admitida a cópia integral de obra para fins didáticos (art. 10).

Com relação aos dois últimos itens, referentes aos arts. 9º e 10º do projeto, julgamos que é mais interessante aguardar o envio pelo Poder Executivo a esta Casa do projeto de lei que revê a regulamentação dos direitos autorais no País, para incluir, nesse novo documento legal, a previsão de livre reprodução e cópia de obras para finalidade educacional.

Quanto aos outros dispositivos do projeto, somos integralmente favoráveis. Promovemos, apenas, algumas modificações formais e de redação para que tornar mais claro e eficiente o texto legal que ora se propõe. Essas mudanças e a supressão dos arts. 9º e 10º deram origem ao substitutivo que oferecemos aos nobres Pares.”

A produção de cursos, materiais e conteúdos educacionais divulgados na rede mundial com licença livre vem proliferando pelo mundo, sendo possível identificar experiências do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), *Harvard University* e, aqui no Brasil, na Universidade de São Paulo (USP), para citar apenas alguns casos.

Os REA relacionam-se profundamente com a disseminação da internet nas práticas de educação e trabalho dos indivíduos e com a adoção de políticas de tecnologia de informação e comunicação (Tics) pelos governos. Não obstante, o debate é ainda mais amplo, articula-se com o direito de acesso à informação, o direito à educação, com a ampliação das possibilidades para que cada indivíduo, sobretudo estudantes e professores,

sejam não somente consumidores de recursos educacionais prontos mas também produtores de conteúdos.

O desenvolvimento da habilidade de colaboração e da capacidade de atuar de forma inovadora e criativa sobre os processos cotidianos de educação e trabalho são, sem sombra de dúvida, alguns dos desafios mais prementes na formação dos nossos alunos em todos os níveis.

Então, nesse contexto, que diferença substancial propõe o Projeto de Lei em tela? A resposta é: transitar dos recursos educacionais convencionais, cujo acesso em geral é limitado em função de vínculos institucionais, como matrículas em cursos, ou profissionais, para recursos educacionais abertos, os REA. Esse novo modelo permite acesso, uso, redesignação, reutilização e redistribuição por terceiros, viabilizando adequação a contextos locais e a necessidades individuais, com poucas ou sem nenhuma restrição. A ideia é que esse seja o padrão adotado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, as fundações, autarquias e empresas públicas sob o controle do Poder Público.

Segundo o documento “Diretrizes para Recursos Educacionais Abertos no Ensino Superior”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o maior acesso *online* a REA ajuda a difundir o estudo individual, que associados à interação nas redes sociais e ao aprendizado colaborativo, criam oportunidades de inovação pedagógica. Trata-se, a meu ver, de caminho que fortalece a capacidade de aprender a aprender, defendida pela Unesco como uma das características da educação do século XXI desde a edição do Relatório *Delors*, em 1996.

Ainda conforme o documento da Unesco:

“(...) as TIC estão aumentando dramaticamente a transferência de informações por meio dos sistemas globais de comunicação, levando a uma explosão na produção e compartilhamento de conhecimento. A participação de leigos em áreas previamente restritas a especialistas está extrapolando as fronteiras do que é considerado acadêmico, ao mesmo tempo em que a produção de conhecimento e ferramentas e processos de computação social se tornam mais difundidos e aceitos. Isso cria oportunidades de produzir e compartilhar uma

gama mais ampla de recursos educacionais, assim acomodando a maior diversidade de demandas dos alunos. A digitalização de informações, somada à sua crescente difusão, desafia grandemente os conceitos de propriedade intelectual. Regimes de direitos autorais e modelos de negócios de editoração estão sendo revistos.”

Em outras palavras, a realidade está se impondo pela evolução das TICs e serão necessárias adaptações ou profundas mudanças para transitarmos de um paradigma a outro. Será necessário, sobretudo, mudarmos a forma como vemos o mundo e os mecanismos instituídos para o acesso ao conhecimento.

No caso da educação, um dos impactos mais óbvios da medida proposta no PL nº 1.513/2011 alcança a política pública de livros didáticos. Trata-se de iniciativa fundamental que se vincula à garantia do direito à educação, integrando os padrões mínimos de qualidade da oferta de educação pública. É implementada pelo Governo Federal por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O livro didático é um dos segmentos mais expressivos do mercado editorial brasileiro. Conforme pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) sobre o comportamento do setor editorial brasileiro em 2012, as compras governamentais atingiram R\$1,3 bilhão do faturamento total de R\$4,9 bilhões alcançados pelo setor naquele ano. Em relação ao total de exemplares vendidos, o governo adquiriu 38% das 434.920.064 unidades. Dos exemplares produzidos (485.261.331), o subsetor ‘didáticos’ respondeu por 48% e o de ‘livros científicos, técnicos e profissionais (CTP)’ por 8%. Agrupando as compras do PNLD, do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) têm-se 160 milhões de exemplares vendidos, responsáveis por um faturamento de R\$1,2 bilhão no mercado editorial.

O edital de compras de livros didáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ano aquisição 2015/ano - PNLD 2016, prevê a compra de 63.507.450 exemplares, com um investimento previsto de R\$831.797.998, para atender aos dois ciclos do ensino fundamental e ao ensino médio.

A dimensão das compras governamentais de livros didáticos é, de um lado, estruturante da oferta educacional e, de outro, um dos pilares do mercado editorial brasileiro. Reúne, porém, alguns problemas que procuro sintetizar a seguir:

As duas fases mais relevantes do processo de produção do livro – a elaboração de conteúdo e a produção industrial do livro – são tratadas pelo PNLD de forma conjunta. Essa estrutura de negócio se sustenta na política de direitos autorais e licenças restritivas, garantindo que o conteúdo produzido para os livros didáticos adquiridos pelo Programa seja de propriedade das editoras que os comercializam. Esse modelo inviabiliza que os beneficiários do PNLD façam usos mais complexos dos materiais, como prevê o conceito de REA.

Outros aspectos conectados a esse modelo de negócio são a baixa remuneração dos autores e a dificuldade para ampliar a diversidade de opções, visto que as editoras constituem canal necessário pelo qual os autores necessariamente passam para terem suas obras publicadas. Os requisitos técnicos para disputar os editais também inibem a participação das pequenas editoras.

Há concentração de mercado, o que reduz o poder de barganha do Estado. Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), em 2007, sob o título “Compras Governamentais para o Programa Nacional do Livro Didático: uma Discussão sobre a Eficiência do Governo” concluía:

“A análise sob a ótica dos grupos editoriais conclui que a concentração das compras é ainda maior, pois somente seis grupos forneceram R\$ 3.694,5 milhões ao governo, que correspondem a 83% das compras do período. O estudo mostra que a concentração das compras não é uma consequência da concentração da oferta, tampouco da melhor qualidade de algumas obras, e sugere que a concentração das compras decorre dos gastos elevados das editoras com divulgação.

Inferiu-se aqui que o governo não consegue comprar pelos menores preços, uma vez que pela Lei do Direito Autoral tem que comprar a obra da empresa que detém o

direito de reproduzi-la. Nessas condições, além de não comprar por meio de concorrência, em uma data definida no edital, tem que negociar com cada editora as obras que deseja adquirir. Nessa negociação, o governo fica em desvantagem, em virtude da assimetria de informações: o vendedor conhece quantos exemplares, por obra, o FNDE necessita comprar dele, assim como o prazo do qual o órgão dispõe para realizar a operação.”

Outra constatação do estudo, também consequente da atual sistemática de compra, é a de que os livros didáticos não têm sido adquiridos nas Unidades da Federação – nem mesmos nas regiões – em que devem ser utilizados, mas sim onde se localiza a firma fornecedora. Verificou-se que as compras do FNDE estão pesadamente concentradas em São Paulo (ao redor de 86%), e que o custo de distribuição atingiu o valor de R\$ 618,4 milhões, a preços de 2006, medido pelos pagamentos do FNDE aos Correios no período de 1998 a 2006.”

Retomando o documento da Unesco, cabe lembrar ainda que o acesso a equipamentos e à conectividade de banda larga de alta velocidade são uma barreira persistente para que se usufrua de recursos educacionais abertos, independente do modelo de compras de livros didáticos. Quero crer que, paralelamente à mudança promovida por esta proposta, avançaremos nesses outros dois aspectos para garantir oportunidades educacionais relevantes aos alunos e maiores opções de desenvolvimento profissional aos docentes.

No que tange à legislação já existente sobre REA, identificamos o Decreto nº 52.681, de 26 de setembro de 2011, da Prefeitura do Município de São Paulo, cujo teor principal reproduzimos abaixo:

“Art. 1º. As obras intelectuais produzidas pela Secretaria Municipal de Educação para utilização pelas unidades da rede pública municipal de ensino, com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, tais como livros e materiais didáticos, orientações curriculares e manuais de orientação para o programa de alimentação escolar,

deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Secretaria no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na Internet e licenciadas para livre utilização, compreendendo a cópia, a distribuição e a transmissão, observadas as seguintes condições:

I – preservação do direito de atribuição ao autor;

II – utilização para fins não comerciais.

Parágrafo único. A licença obrigatória de que trata o “caput” deste artigo compreende o direito de criação de obras derivadas, desde que sejam licenciadas sob a mesma licença da obra original.

Art. 2º. Os contratos celebrados pela Administração Municipal visando à produção das obras referidas no artigo 1º ou à cessão de direitos autorais de terceiros, quando necessária, nos termos da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, deverão prever expressamente a obrigatoriedade de divulgação e licenciamento das obras, na forma estabelecida por este decreto.”

Em âmbito estadual foi aprovado o Projeto de Lei nº 989, de 2011, do Deputado Simão Pedro, que institui política de disponibilização de recursos educacionais comprados ou desenvolvidos por subvenção da administração direta e indireta estadual. A proposição foi integralmente vetada pelo Governador Geraldo Alckmin, em 14/02/2013.

Na mensagem de veto, justifica-se que o Projeto de lei “colide com a ordem constitucional, ao estabelecer procedimento concreto para a Administração Pública, pois a gestão administrativa dos negócios do Estado constitui matéria de competência privativa do Governador (Constituição do Estado: artigo 47, incisos II, XIV e XIX; Constituição da República: artigo 61, § 1º, II, “e”), cujo exercício não pode ser usurpado pelo Poder Legislativo, sob pena de ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes do Estado (artigo 2º, Constituição da República; artigo 5º, “caput”, Constituição do Estado).”

Na esfera federal, temos duas estratégias do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 2014, que mencionam os recursos educacionais abertos. São elas:

*5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como **recursos educacionais abertos**;*

*7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e **recursos educacionais abertos**, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;*

Em ambas, como se vê, a preocupação do legislador esteve vinculada à ampliação do acesso às tecnologias educacionais, um conceito abrangente que envolve tanto recursos mais tradicionais, como o livro, quanto outros mais recentes, como jogos e objetos pedagógicos digitais.

Uma rápida pesquisa na internet mostra que, internacionalmente, também estão ocorrendo movimentos no sentido de implementar políticas de recursos educacionais abertos, baseadas na convicção de que todo o material que é financiado por recursos públicos deve estar acessível a todos. Nos EUA, no Estado da Califórnia, as compras públicas de livros já dão prioridade a livros didáticos com licenças livres e o Estado de Washington decidiu publicar na internet, em formato REA, todo o seu material curricular, por meio do projeto *Open Course Library* (Biblioteca de Cursos Abertos).

Em resumo, a proposta é meritória por ampliar o acesso às possibilidades de educação, ao tempo em que apresenta potencial para promover aperfeiçoamentos importantes no maior programa de aquisição de livros didáticos do mundo, o PNLD. A demanda da sociedade pela ampliação do acesso à educação e pela democratização da circulação da produção intelectual é importante e deve ser ouvida por este Parlamento.

O voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.513, de 2011, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada MARGARIDA SALOMÃO

Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.513, DE 2011

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo Poder Público na utilização de Recursos Educacionais Abertos – REA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo Poder Público quando da contratação, subvenção e licenciamento de Recursos Educacionais.

Parágrafo único. Subordinam-se às disposições desta lei os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta, as fundações, autarquias e empresas públicas sob o controle do Poder Público.

Art. 2º Para os fins desta lei entende-se por:

I – recursos educacionais: obras a serem utilizadas para fins educacionais pedagógicos e científicos - livros, materiais didáticos complementares, objetos educacionais, multimídias, jogos, teses, dissertações e monografias;

II – licença livre: licença de direito autoral que permite que terceiros usufruam dos direitos patrimoniais sobre certa obra alcançando, sem restrições de finalidade, a cópia, distribuição, transmissão, retransmissão, publicação, adaptação, tradução e criação de obras derivadas, desde que licenciadas sob a mesma licença da obra original;

III – recurso educacional aberto – REA: recurso educacional que esteja no domínio público ou licenciado mediante licença livre;

IV – padrão técnico aberto: padrão técnico que permite a interoperabilidade técnica, o depósito, tratamento e uso em plataformas operacionais e de hardware diversas e preservação histórica, e que seja distribuído sob uma licença livre.

Parágrafo único. A licença livre de que trata o inciso II deste artigo respeitará o direito de atribuição do autor.

Art. 3º São objetivos desta lei:

I – assegurar o direito fundamental à educação;

II – garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura;

III – promover a eficiência e a economicidade na utilização de recursos públicos;

IV – oferecer meios para ampliar a qualidade da educação básica e da educação superior, de forma equânime, em todo o País;

V – contribuir para a promoção e o desenvolvimento da cultura nacional;

Art. 4º As compras ou contratações de serviços para desenvolvimento de recursos educacionais realizadas pela Administração com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão prever a cessão obrigatória dos direitos autorais relativos a tais obras, para que a Administração possa disponibilizá-los à sociedade sob licença livre.

Art. 5º Os Recursos Educacionais cujos direitos intelectuais tenham sido cedidos à Administração nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser disponibilizados e licenciados à sociedade pela Administração sob licença livre.

Art. 6º As obras intelectuais que sejam resultado do trabalho de servidor público em regime de dedicação exclusiva ou parcial, incluindo professores e pesquisadores da rede pública e de universidades públicas, no exercício de suas funções, quando equivalentes a recursos educacionais, não poderão ser objeto de licenciamento exclusivo a entes privados e deverão ser, nos termos desta lei, disponibilizados e licenciados à sociedade por meio de licença livre.

§ 1º As obras de que trata o *caput* deste artigo poderão ser objeto de licenciamento exclusivo, de caráter temporário, pelo período máximo de um ano após a data da primeira publicação, na hipótese de o licenciamento por licença livre impedir a publicação comercial.

§ 2º Na situação prevista pelo parágrafo anterior, terminado o período de embargo, a obra será disponibilizada e licenciada por licença livre e depositada em repositório de acesso aberto e não oneroso.

Art. 7º Os editais, chamadas e contratos de compras ou contratações públicas realizados com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, independentemente do tipo, quando tiverem por objeto o desenvolvimento e/ou fornecimento de recursos educacionais em mídias digitais deverão incluir a preferência por padrões técnicos abertos.

Art. 8º O desenvolvimento das obras intelectuais resultantes do trabalho de servidor público em regime de dedicação exclusiva ou parcial, no exercício de suas funções, deverá dar preferência, quando do seu desenvolvimento, armazenamento, publicação e distribuição, a padrões técnicos abertos.

Art. 9º A Administração desenvolverá e incentivará o desenvolvimento e adoção de repositórios técnicos e bancos de dados para o depósito, publicação e disponibilização dos recursos educacionais abertos.

§ 1º Os repositórios de recursos educacionais abertos deverão possibilitar o acesso aberto e não oneroso pela sociedade.

§ 2º Os repositórios de recursos educacionais abertos deverão permitir o acesso automatizado por meio de agentes ou sistemas externos.

§ 3º Os repositórios de recursos educacionais abertos serão desenvolvidos com padrões técnicos abertos reconhecidos internacionalmente e permitirão funções como *download*, *upload* e impressão, de forma gratuita e sem barreiras de acesso injustificadas.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada MARGARIDA SALOMÃO

Relatora